

Bird quer contrapartida para plano antiaids

*Estados e municípios
terão de contribuir com
US\$ 135 milhões para
programa*

SANDRA SATO

BRASÍLIA – Estados e municípios terão de abrir seus cofres para participar da segunda fase do programa do Banco Mundial (Bird) de financiamento a projetos de assistência e prevenção da aids, operação batizada de Aids 2. Liberados da contribuição financeira na primeira etapa do programa – o Aids 1 –, agora assumirão parte da contrapartida de US\$ 135 milhões necessária para receber empréstimo de US\$ 165 milhões do Bird.

Dos US\$ 300 milhões previstos, 26% ficarão a cargo do governo federal, 11% virão dos Estados e 8% caberão aos municípios. Com isso, o Brasil terá recursos assegurados por quatro anos para a instituição de serviços relativos às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), assistência domiciliar terapêutica, atendimento especializado, hospitais e centros de testagem anônima. Parte dos recursos do Bird será gasto no Programa Sentinela, responsável pela tarefa de consolidar o número de casos de aids no País.

O Ministério da Saúde prevê que 150 municípios serão beneficiados diretamente pelo programa. O número pode chegar a 300, caso as prefeituras se organizem em consórcios, fortalecendo aqueles que oferecem melhores serviços e criando outros.

O ministério estuda ainda o repasse de recursos da aids por meio do sis-

tema de Piso de Atenção Básica (PAB), adotado recentemente pelo governo para ser aplicado em serviços básicos, como consultas, exames simples e vacinação.

Sociedade – A contribuição financeira não credencia automaticamente o Estado e o município a participar do empréstimo do Banco Mundial. É necessária a criação de uma comissão de prevenção à aids, integrada por organizações não-governamentais, universidades, sindicatos e conselhos de classe, entre outros segmentos. Hoje, tais comissões existem em apenas 20% dos municípios.

No Aids 2, o controle social é a grande inovação em relação à fase inicial do programa. As comissões atuarão como fiscais, que auxiliarão a definir ações e cobrarão mais agilidade dos poderes locais na execução dos programas. No Aids 1, que conta com a pressão da sociedade civil, várias prefeituras e governos estaduais receberam

dinheiro do Bird, mas ainda não o aplicaram.

O coordenador do programa nacional DST/Aids Pedro Chequer conta que muitos Estados e municípios que aparecem no relatório do Ministério com baixo desempenho na execução financeira dos empréstimos tropeçaram na burocracia. Ele visitou algumas cidades e verificou erros primários. Em abril, será realizado um seminário para técnicos da área jurídica e chefes de áreas responsáveis por licitações. Os principais alvos do programa Aids 2 são a população de baixa renda, os índios e as mulheres. São nesses grupos que a aids mais se dissemina, segundo os últimos boletins.

CONTROLE
SOCIAL É A
GRANDE
INOVAÇÃO